

FGV propõe entendimento sobre expurgo

por Reginaldo Heller
do Rio

Apesar de já ter dimensionado o impacto da redução de subsídios diretos, especialmente do petróleo e derivados e do trigo e derivados, no índice de inflação, a Fundação Getúlio Vargas ainda não dispõe de uma definição nítida de como será aplicado o expurgo da inflação corretiva na correção monetária ou no Índice Geral de Preços. Na verdade, o Instituto Brasileiro de Economia da FGV, responsável pelo cálculo mensal da taxa de inflação, não sabe sequer se apura dois índices, um expurgado e outro real, se inclui efeitos indiretos de difícil mensuramento e, ainda, se aplica também expurgo para a inflação provocada por choques de oferta. As mesmas dúvidas que pesam nos meios governamentais, como afirmou sexta-feira a este jornal o diretor do IBRE, Julien Chacel, são experimentados pelos técnicos da Fundação.

Por isso, Chacel convocou uma reunião para esta segunda-feira, quando o secretário de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, o diretor da divisão de estatística do IBRE, Ângelo Janes de Souza, e o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira (este por recomendação do professor Octávio Gouvêa de Bulhões), discutirão as questões "conceituais e metodológicas" ainda pendentes. Chacel informou que, nesta mesma semana, e possivelmente ainda antes de o governo adotar qualquer de-

cisão, serão convidados também representantes dos trabalhadores (o economista Walter Barelli, do DIEESE), da Indústria e do Comércio, da Agricultura, da Ordem dos Advogados do Brasil e alguns parlamentares. Ainda nesta semana, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões deverá dar um parecer ao governo sobre o expurgo da correção monetária.

ESTIMATIVAS

Segundo técnicos da FGV, as estimativas preliminares de inflação para o mês de junho, já incorporando alguns aumentos relacionados com a redução dos subsídios ao petróleo e derivados, mas alimentadas ainda pelos aumentos dos cigarros, leite e serviços públicos, atingirão níveis recordes na história da estatística brasileira, superior a 13%. Na reunião de segunda-feira, discutir-se-á sobre as seguintes questões: a) Se o efeito de alta nos preços dos produtos hortícolas (accidentalidade) será ou não incluído no expurgo; b) Se será criada uma estratégia permanente para os eventuais choques de oferta; c) Se serão expurgados os aumentos indiretos da inflação corretiva aplicada aos serviços públicos ou os ainda existentes efeitos da maxidesvalorização de fevereiro. Há ainda os efeitos da correção sobre os juros e sobre a taxa de câmbio. Por isto, será discutido se o expurgo será feito integralmente ou apenas parcialmente e, ainda, se transmitido à correção cambial ou não.